

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisangela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D'OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Elisa Roberta Zanon

Letícia Cabrera

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Sandra Regina Casagrande de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Mauro Santoro Campello

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS - TO

Thiago Henrique Omena

Bruna Coelho Alves Meneses

Estéfani Marx

Lourranny Parente Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL - 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Marina Xavier Carpena

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22	297
O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO	
<i>Hélio Hirao</i>	
<i>Matheus Alcântara Silva Chaparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160122	
CAPÍTULO 23	308
AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160123	
CAPÍTULO 24	321
A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
<i>Giesse Monteiro Alves de Andrade</i>	
<i>Gustavo Borges Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160124	
SOBRE A ORGANIZADORA	335

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Juiz de Fora – Minas Gerais

Mauro Santoro Campello

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: O artigo estuda as transformações urbanas vividas pela cidade de Boa Esperança (MG), principalmente aquelas atreladas à construção da hidrelétrica de Furnas que inundou parte da sua área urbana, formando um grande lago artificial denominado Lago dos Encantos. A pesquisa busca mostrar os impactos do reservatório na evolução urbana da cidade e ainda, como ele influenciou as suas condições socioeconômicas. Utilizando da metodologia proposta por Philippe Panerai no seu livro *Análise Urbana* (2006), são estudados os aspectos históricos do município, de forma a reconstruir a cidade do passado, analisar como se deu a sua ocupação e o reflexo na configuração urbana atual. A partir de relatos, documentos históricos e fotografias antigas foi possível identificar quais as áreas inundadas, o que elas representavam e como a cidade cresceu a partir desta situação, permitindo compararmos a sua morfologia urbana antes e

depois do reservatório. O que ficou evidente foi a forte influência do mesmo na concepção deste novo espaço urbano e a sua relevância dentro do processo de desenvolvimento da cidade. A pesquisa, além de consultar fontes históricas, também cria documentação, permitindo a preservação da memória local e o registro deste legado histórico do município que é tão rico, porém, pouco difundido.

PALAVRAS-CHAVE: Boa Esperança, Furnas, evolução urbana, documentação.

ABSTRACT: This paper aims to study urban transformations experienced by the city of Boa Esperança (MG), especially those related to the construction of Furnas Hydroelectric dam that had flooded the urban area, creating an artificial lake called Lago dos Encantos. The research aims to show the impacts of the reservoir on its urban life and its influence on socioeconomic conditions. Using the methodology proposed by Philippe Panerai's book "Urban Forms", it has been studied the historical aspects of the municipality in order to rebuilt the city of the past and also its occupation and influences on its current urban configuration. Starting from reports, documents and old photographs, it was possible to identify the flooded areas, what they represent and how the city has grown up from that point, allowing urban morphology comparisons between before and after the

reservoir. It became evident the strong influence of it on the conception of this new urban space and its relevance in the city's development. This research, besides based on historical sources, also creates documentation, promoting local memory's preservation and recording this rich legacy which is, however, little diffused.

KEYWORDS: Boa Esperança, Furnas, urban evolution, documentation.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU – UFJF (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Juiz de Fora). A pesquisa buscou desvendar as transformações urbanas vividas pela cidade de Boa Esperança (MG), sobretudo aquelas relacionadas a um fato em especial: a construção da hidrelétrica de Furnas. Neste contexto, a cidade tem parte de sua área urbana inundada e a criação de um grande lago artificial na sua área central, conhecido como Lago dos Encantos.

O Lago não trouxe consigo somente alterações na estrutura da cidade, mas também grandes impactos socioeconômicos. A vida da cidade, naquela época, girava em torno das atividades agrícolas e pastoris. O Censo de 1950 apurou 22.091 habitantes no município, com mais de 70% desta população vivendo na zona rural. Com o alagamento das várzeas – terras mais baixas e mais férteis – a cidade sofre intenso êxodo rural, fazendo com que seu espaço urbano e as atividades econômicas passassem a ser reflexo de uma nova dinâmica, tendo agora o Lago como um novo elemento de referência e de atração, o que influenciou na valorização da terra, no crescimento e na ocupação da cidade.

O objetivo da pesquisa foi o de estudar a morfologia urbana de Boa Esperança antes e depois da criação do reservatório, mostrando como ele alterou a sua paisagem, a vida das pessoas, e ainda, o seu reflexo na configuração urbana atual. A partir de relatos, documentos históricos e fotografias antigas foi possível identificar quais as áreas inundadas, o que elas representavam e como a cidade cresceu a partir desta situação. Panerai (2006, p. 55) coloca o estudo do crescimento urbano como uma importante ferramenta para *“determinar aquelas lógicas inscritas profundamente no território que esclarecem as razões de ser do assentamento atual”*.

Este contraponto entre os ‘dois momentos urbano-históricos’ do município buscam mostrar como a água tornou-se importante elemento na dinâmica urbana da cidade e ainda, ganhou destaque na identidade dos moradores e dos turistas que passaram a visitá-la. O trabalho, além de buscar informações em fontes históricas, cria documentação, permitindo a preservação da memória local e o registro deste rico legado que é pouco difundido.

2 | O CONTEXTO DE FURNAS

Sabe-se que a ocupação humana está intimamente ligada à presença de água e que ao longo dos tempos, ela assumiu usos e funções distintas ao homem, criando-se diversas maneiras de se extrair seu potencial – sendo a geração de energia elétrica um deles (PORATH, 2003). Os projetos e construção de barragens existem desde os tempos mais remotos da História. Com o advento da energia elétrica no século XIX, elas passam a ser utilizadas para a geração de energia e assim, tornam-se amplamente idealizadas e construídas. Contudo, para o funcionamento do sistema, o alagamento de grandes áreas é uma condição, resultando em danos ao meio ambiente. São criados territórios completamente novos, cujos protagonistas são enormes reservatórios responsáveis por mudar formas de ocupação já estabelecidas, gerar deslocamentos, indenizações e, sobretudo, grandes transformações na paisagem. Mesmo assim, os impactos podem também trazer oportunidades: estas áreas podem passar a ter uso para atividades de recreação, lazer, ou ainda, tornarem-se significativos atrativos turísticos que, muitas vezes, alteram condições socioeconômicas (consideradas controversias) dos locais atingidos (LEMOS JÚNIOR, 2010).

A criação das grandes hidrelétricas no Brasil partiu da mudança ocorrida no sistema econômico do país que permitiu em curto prazo, apresentar um grande crescimento populacional e intensa industrialização (MUNIZ, 2007). Este cenário desenvolvimentista está diretamente ligado ao governo de Juscelino Kubitschek que quando tomou posse, em 1956, assistiu a um país predominantemente rural, onde 60% da população vivia no campo e com uma parcela significativa da sociedade dependente do setor agrícola. A indústria quase nada contribuía para a economia do país, em vista da sua pequena dimensão. Esses crescimentos acelerados, concentrados principalmente na região Sudeste do país, indicavam a necessidade de maior geração de energia (LEMOS JÚNIOR, 2010).

É neste contexto que em 28 de fevereiro de 1957 a Central Elétrica de Furnas é concebida e em 1958 começa a ser construída; localizada no estado de Minas Gerais, ela surge como alternativa frente ao desafio da crise energética que ameaçava as três principais capitais e centros socioeconômicos brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (RIBEIRO JUNIOR, 2004). A barragem é localizada nas ‘Corredeiras das Furnas’, pertencente ao curso médio do Rio Grande entre os municípios de São João da Barra (MG) e São João Batista do Glória (MG). De acordo com Furnas (2007, p. 7), já se procurava um lugar ideal no Rio Grande para se construir uma usina; assim, em uma viagem de pescaria, o engenheiro da Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. Francisco Afonso Noronha passou por *“diante de um canyon longo e profundo, [e ele], impressionado, tirou fotos, desenhou barragens sobre as mesmas, calculou a profundidade do reservatório e, em Belo Horizonte, apresentou seus estudos ao engenheiro John Reginald Cotrim, então vice-presidente da Cemig e futuro presidente de Furnas”*.

A região mais afetada com a construção da hidrelétrica foi o Sudoeste do estado. Pelo Decreto nº 41.066 de fevereiro de 1957, parte desta região tiveram suas terras inundadas entre 1958 e 1963. Foram cerca de 8.000 desapropriações, com um impacto maior na zona rural, onde 6.540 propriedades foram compradas pelo governo. Os aspectos físicos do reservatório mostram que ele é composto por duas ramificações ou dois braços: o primeiro do já citado Rio Grande com 240 km de extensão; e o segundo, pelo Rio Sapucaí com cerca de 170 km de extensão. O reservatório ocupa, quando está em nível máximo 1.400 km² e um perímetro de 3.500 km, que passam por 52 municípios sendo somente 34 deles, lindeiros ao lago (LEMOS JÚNIOR, 2010). *“O Lago de Furnas é a maior extensão de água do Estado de Minas Gerais e um dos maiores lagos artificiais do mundo, por isso é chamado Mar de Minas”* (p. 15).

Precisamente no dia 09 de janeiro de 1963, quando o túnel para o desvio do Rio Grande foi fechado, a história de 34 municípios lindeiros ao Lagos de Furnas mudou para sempre. Ao serem represadas, as águas formaram um dos maiores reservatórios do mundo, praias foram criadas, *cânions* e cachoeiras foram se formando e principalmente, vilarejos, fazendas e cidades foram inundados, alterando definitivamente a paisagem local e a vida dos habitantes da região (LEMOS JÚNIOR, 2010, p. 22).

Os impactos gerados pela construção do empreendimento foram enormes. Sob a premissa do desenvolvimento do país e da inauguração de uma nova era para a economia brasileira, grandes porções de terras foram cobertas pela água, assim como parte de cidades, fazendo com que a vida de muitas pessoas fosse completamente modificada. Contudo, vale considerar que com o tempo, os municípios afetados buscaram alternativas para ‘aproveitarem’ os benefícios que o reservatório poderia trazer. A beleza da paisagem atrelada ao potencial para a prática de esportes náuticos e atividades de recreação e lazer possibilitou o crescimento da atividade turística na região, promovendo a economia local, gerando renda, empregos, e movimentando o comércio e o setor de serviços.

Além do setor turístico, outras atividades econômicas também foram privilegiadas, dentre elas, a agricultura. A partir do momento que as terras férteis foram inundadas, muitos produtores viram-se prejudicados, contudo, essas dificuldades impulsionaram a modernização e o desenvolvimento da agricultura local: a irrigação das lavouras e o contato com técnicas mais inovadoras se tornou cada vez mais acessível, fazendo com que a atividade se diversificasse e trazendo a água como uma aliada (LEMOS JÚNIOR, 2010).

3 | A CIDADE DE BOA ESPERANÇA (MG)

Dos 34 municípios lindeiros, somente seis tiveram seus espaços urbanos atingidos e Boa Esperança, além de Campo do Meio, Capitólio, Fama, Guapé e São José da

Barra, estão neste grupo (LEMOS JÚNIOR, 2010). Boa Esperança está localizada no Sul de Minas Gerais, especificamente na mesorregião Sudoeste. O município possui uma área de 860,669 km², sendo inundados pela represa de Furnas 139,57 km² (cerca de 16% de sua extensão) e trazendo consigo a formação do Lago dos Encantos.

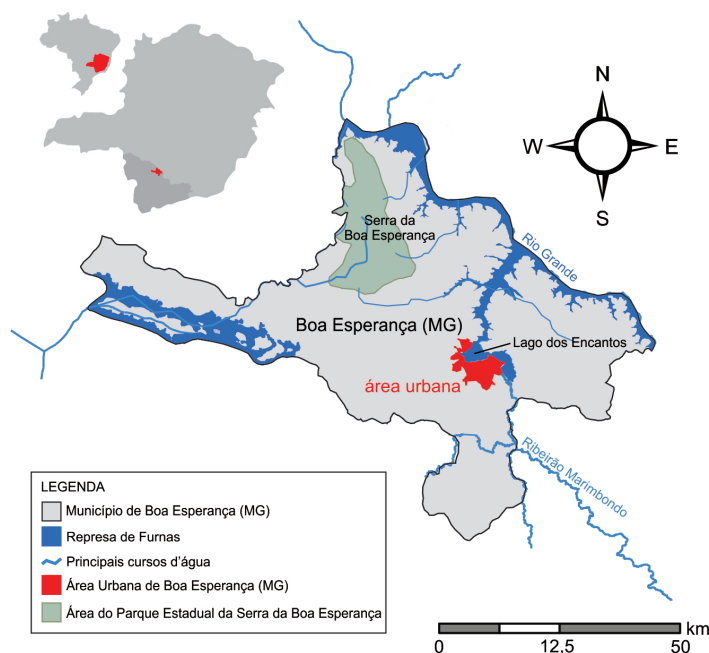


Imagem 01: O município de Boa Esperança (MG).

Fonte: Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) – Modificado pelo autor.

O Lago é alimentado pelas águas dos ribeirões Marimbondo, Maricota e Cascavel, afluentes do Rio Grande, cuja extensão total é de 7,38 km² (738 ha) - dados da empresa MC Levantamentos Topográficos e Geodésicos Informados (MAIA, 2016). Contudo, a cidade vivencia uma grande vantagem se comparada às demais afetadas. Devido à sua posição geográfica, à sua relação espacial para com o reservatório e a execução de um dique, Boa Esperança mantém o nível do lago constante, permitindo o seu uso contínuo durante todas as épocas do ano. Além disso, é de fácil acesso à população, uma vez que ele está localizado dentro do perímetro urbano, cerca de somente 200 metros da Igreja Matriz da cidade.

3.1 Aspectos Históricos do Município

A história de Boa Esperança está ligada à exploração de terras: a Província de Minas Gerais era tida como detentora de grandes riquezas naturais, sobretudo de minérios e de pedras preciosas que, naquela época, eram cobiçados e motivaram as expedições conhecidas como Bandeiras (OLIVEIRA, 2011). A escritora Marlene Oliveira, explica em seu livro:

As primeiras cidades fundadas em Minas Gerais devem sua origem à ambição pelo ouro, que moveu bandeirantes, fazendo-os caminhar léguas [a] lugares antes não penetrados [...]. Por isso partiram com as ordens Del-rei ou por conta própria. E foram fazendo suas entradas. É então que se esboçam os primeiros povoados que,

indicando a localização da antiga riqueza aurífera e de diamantes de Minas Gerais, constituíram o início da vida civilizada dos sertões mineiros. A população agrupou-se na comunidade quase anônima do arraial e se dedicou à procura do ouro. E os povoados mineiros cresceram à sombra da Igreja (OLIVEIRA, 2011, p. 29).

Assim, como várias cidades do interior de Minas Gerais, Boa Esperança surgiu da busca pelo ouro por bandeirantes no final do século XVIII. A história conta que em 1760, foi iniciada uma nova expedição para verificar veios auríferos na Província, e que chegaram assim, à *'serra das esperanças'*. Essa expedição examinou vários córregos e ribeirões, mas sem sucesso algum, a não ser *"ouro fino na serra da esperança"* (OLIVEIRA, 2011, p. 29). Oliveira (2011, p. 29) conta que não se sabe o porquê dessa denominação à Serra, mas que *"talvez seja devido aos bandeirantes, que ao divisarem seu perfil, sentirem boa esperança, na ida, pela vizinhança de sonhados tesouros, ou, na volta, por anteveram caminhos conhecidos na direção dos lares há muito tempo deixados, mas sempre presentes em sua lembrança"*.

O bandeirante João de Sousa Bueno, juntamente com sua numerosa comitiva se fixou às margens do Córrego do Ouro (atual divisa entre Boa Esperança e o município de Três Pontas) visando à sondagem do terreno e sem outro objetivo a não ser encontrar as riquezas da região. Por volta de 1776, o Capitão-Mor de Milícias José Alves de Figueiredo e seu amigo Constantino de Albuquerque após receberam sesmarias, chegaram ao local. O desbravador José Alves de Figueiredo, considerado o fundador da cidade, decidiu por estabelecer moradia na região, enquanto seu amigo partiu em direção ao Rio Sapucaí, especificamente à região da atual cidade do Carmo do Rio Claro (MG).

Já havia na região descendentes de aborígenes, de paulistas e de outros aventureiros que a partir da busca pelo ouro, se apossaram de terrenos para posteriormente vendê-los, dificultando a posse das terras intituladas ao Capitão. Era uma grande extensão territorial, que combinada à pequena população, demandava recursos religiosos e judiciários. O Capitão então passa a procurar atrair habitantes para suas terras, além da figura de um padre. A chegada do Padre Cleto e de algumas famílias anos mais tarde, contribuiu para a formação do núcleo que se desenvolveu a povoado. De acordo com registros da Diocese de Campanha (MG) (*apud* OLIVEIRA, 2011, p. 31), isso fica evidente:

A 29 de março de 1784 foi autorizada a construção da primeira ermida, que ficou sob a proteção de Nossa Senhora das Dores. Seu patrimônio foi doado pelos capitães Antônio Carvalho Azevedo e José Alves de Figueiredo, além de José Meireles de Matos, Francisco José da Silva Serrote e outros. O patrimônio era enorme, porém muito se reduziu com o correr do tempo.

Foi em torno desta ermida dedicada a Nossa Senhora das Dores (padroeira da cidade), que a população se concentrou e cresceu sob o nome de Dores do Pântano. Segundo registros, o termo Pântano surge pela primeira vez em 1792 pelo fato do solo

local ser bastante alagadiço com presença de brejos por toda sua extensão (OLIVEIRA, 2011). Por Alvará Real, em 19 de junho de 1813 foi elevada a freguesia e distrito; apesar do pequeno desenvolvimento, já sob o nome de Dores da Boa Esperança se transformou em vila pelo Art. 1º da Lei Provincial Nº 1.303 de 3 de novembro de 1868; e em município, pela Lei Provincial Nº 1611 de 15 de outubro de 1869 (LEMOS JÚNIOR, 2010).

De acordo com Lemos Júnior (2010), em 1885 a cidade já possuía cerca de 300 construções, porém com um desenvolvimento lento, pois não havia uma motivação econômica relevante que atraíssem fortes correntes migratórias ao município. Em 1911, o município contava com três distritos: Dores da Boa Esperança, Congonhas da Boa Esperança (atual Ilicínea) e São Francisco do Rio Grande (atual Guapé); mais tarde, em 1923, o distrito de Guapé é desmembrado, o de Congonhas passa a ser chamado Ilicínea, ganhando outro distrito, o do Itaci; e Coqueiral – que pertencia a Campos Gerais – passa a ser distrito do município, somando em 1933, quatro distritos sob sua administração: Dores da Boa Esperança, Ilicínea, Itaci e Coqueiral.

“Em 1938, a cidade e o município deixaram de se chamar Dores de Boa Esperança para denominarem-se apenas Boa Esperança, “nome da serra que corta o município ao centro e que domina o horizonte da cidade” (LEMOS JÚNIOR, 2010, p. 91). No mesmo ano o distrito do Itaci é destinado a Carmo do Rio Claro (1938), e, posteriormente, Coqueiral (1948) e Ilicínea (1953) finalmente se emancipam fazendo com que o município de Boa Esperança se constituísse somente do distrito sede.

3.2 A Cidade do Passado

Nos primeiros anos, Boa Esperança se comportou, segundo Oliveira (2011, p. 39), de maneira *“irregular e não planificada, [e] foi aos poucos crescendo [sua área], ao mesmo tempo em que novos bairros integravam-se à vida urbana. Ruas estreitas, casas avançando em desníveis e outras deficiências, em desacordo com os métodos de engenharia [...]”*. A autora ainda comenta que no início foram até traçados quadrantes para a urbanização, mas ao longo do processo as pessoas foram construindo suas residências sem obedecer nenhuma lógica ou sequer algum parâmetro para uma boa ordenação. A cidade cresceu em volta do núcleo tradicional: a Igreja, as Repartições Públicas e a Praça Central, que em Boa Esperança são chamados de Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, a Antiga Prefeitura Municipal e a Praça Coronel Neves (apelidada Jardimzão), respectivamente. Esse trieto, com destaque à Igreja Matriz, foi aos poucos determinando a expansão da cidade e concentrou suas primeiras edificações.

A partir da Igreja Matriz se estendiam as principais vias da cidade:

1. A Rua Direita, atual Rua Presidente Getúlio Vargas é uma das mais movimentadas ruas da cidade. Assim como em várias cidades brasileiras, Boa Esperança também tem a sua; e o seu nome, era dado pelo ao fato dela ficar

à direita da Igreja, assim como acontece na cidade. Atualmente ela começa em frente à Praça Padre Júlio Maria e desce em mão única em sentido à Igreja Matriz, concentrando parte dos serviços e comércio oferecidos pela cidade (OLIVEIRA, 2011);

2. A Rua Esquerda ou Rua de Trás, atual Rua Governador Valadares (OLIVEIRA, 2011) é a rua paralela à Rua Direita, ficando à esquerda da Igreja Matriz. Ela chega à Praça Coronel Neves, onde se concentravam as residências das famílias mais tradicionais;

3. A Rua Capitão Neves, ocupada em toda a sua extensão, era a principal rua da cidade naquela época: ela ia da Igreja Matriz até a Igreja do Rosário – demolida em 1936 para a abertura da Avenida da Saudade que termina no Cemitério Novo, inaugurado em 1937. Após a primeira ponte (que vencia o ribeirão Maricota), da Rua Capitão Neves abria-se uma bifurcação: à esquerda seguia-se para a Igreja do Rosário e à direita para a Avenida São Vicente de Paula que abriga a Santa Casa de Misericórdia de Boa Esperança, construída entre 1918 e 1924. Boa Esperança já contava com um hospital desde 1880, sendo fundado graças a doações do Padre Vitoriano Inocêncio Vilela, neto do Capitão José Alves de Figueiredo, construído no antigo Largo da Misericórdia ou Praça da Boa Morte (atual Praça Tiradentes). O Hospital funcionou ali até 1907, e além dele, também o primeiro Cemitério da cidade, que posteriormente foi transferido para onde é atualmente o Colégio Padre Júlio Maria e depois, como já comentado, para o final da Avenida da Saudade (MAIA, 1942).

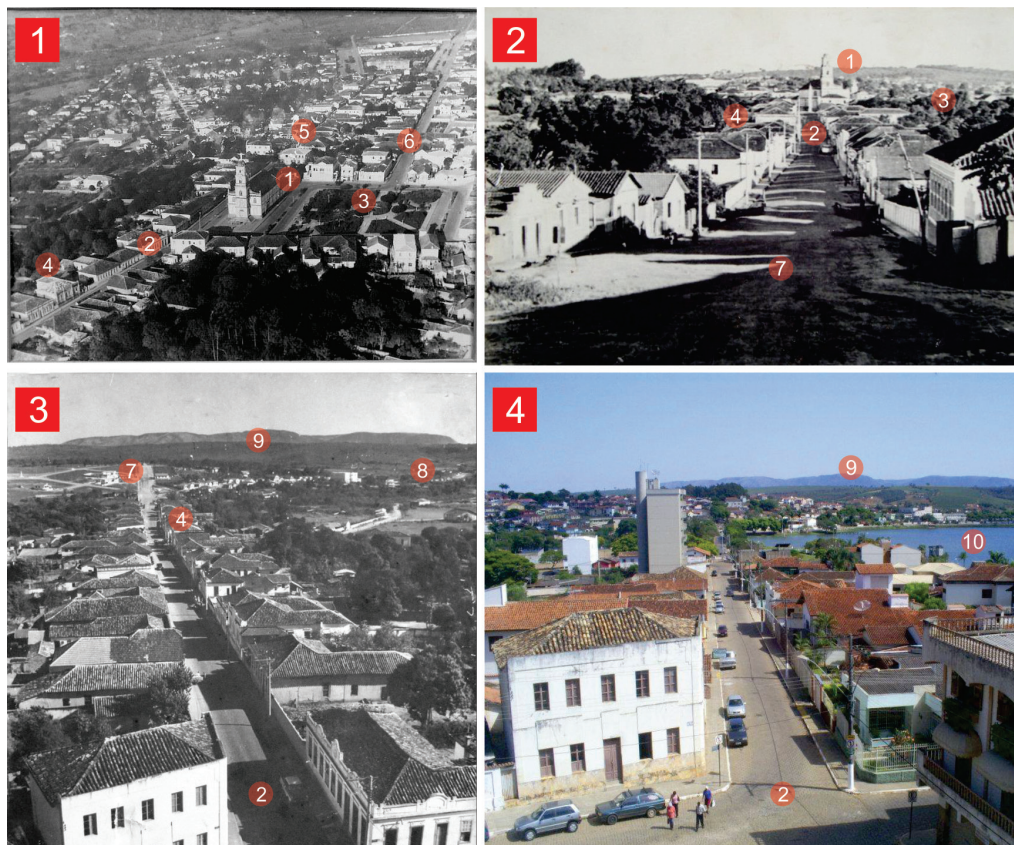


Imagem 02: Fotos antigas e a vista da Rua Capitão Neves antes e depois da formação do Lago.

Foto 1: Foto aérea da área central da cidade antes do Lago dos Encantos (1930 – 1940).

Foto 2: Bifurcação da Rua Capitão Neves – início do morro do Cemitério (s/d).

Foto 3: Foto aérea da Rua Capitão Neves antes do Lago dos Encantos (s/d).

Foto 4: Foto aérea da Rua Capitão Neves depois do Lago dos Encantos (2015) – foto de Adriano de Oliveira.

- (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores;
- (2) Rua Capitão Neves – rua principal da época (núcleo central);
- (3) Praça Coronel Neves;
- (4) Antiga Prefeitura Municipal;
- (5) Rua Direita;
- (6) Rua Esquerda;
- (7) Bifurcação da Rua Capitão Neves;
- (8) Região da Chapada vista de longe (canto direito da fotografia);
- (9) Serra da Boa Esperança;
- (10) Lago dos Encantos.

Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Municipal de Boa Esperança (MG) – Modificado pelo autor.

Porém, este núcleo central não era o único da cidade. Da bifurcação da Rua Capitão Neves em sentido à Avenida São Vicente de Paula, passava-se por uma segunda ponte (que vencia o Ribeirão Cascavel) para se chegar à Igrejinha de Nossa Senhora Aparecida, construída em 1891. Nas imediações desta Igrejinha se estabeleceu a Chapada, o outro núcleo de ocupação de Boa Esperança naquela época. Além da presença da Igreja, a presença da água do ribeirão e o fato do local ser o principal acesso da cidade são os prováveis fatores que impulsionaram a ocupação e o desenvolvimento da área. Segundo relatos, a área era proveniente do loteamento de antigas fazendas que pertenciam a Alberto Barbosa de Moraes e Zé Jonas.

“A rua principal era larga, tinha comércio, tinha de tudo, a cidade era ali, até farmácia tinha, que era difícil naquela época. Tinha casa de um lado e de outro da rua. Vendia arroz, milho, feijão, carne, tudo. O comércio que a gente ia era *‘numa’* casa alta, com quatro degraus *‘pra gente’* subir, as prateleiras eram de vidro, eu lembro muito de ir lá. Eu era criança, é difícil saber quantas casas tinham, mas muita gente morava ali. Do lado direito era pasto, areeiro, uma vargem. Já do lado esquerdo assim, a Rua Dona Cândida, que tem o nome da minha avó (...) foi ela que construiu a Igrejinha. Tinha casinhas mais simples, era o povo que trabalhava na lavoura, (...) tinham as lavadeiras: elas pegavam as roupas da gente *‘num’* dia e entregava no outro. Lavavam tudo no ribeirão que tem lá (...) a gente não tinha máquina de lavar *‘né’*? Muita gente trabalhava nas nossas casas, tinha até uma mulher que trabalhava para a mamãe (...)” (MPMV, 82 anos).

A Chapada, então, se constrói como um aglomerado de casas e até mesmo alguns comércios, próximos ao ribeirão Cascavel no sentido Norte da cidade. Eram duas ruas principais: a Avenida Brasil e a Rua Dona Cândida – na primeira delas, considerada uma estrada *‘boiadeira’* (aquela que passa o trânsito de carros de bois) e larga, tinham casas, comércio farto como mercearias, açougue e até mesmo farmácia, onde as famílias podiam comprar arroz, milho e feijão (o que era mais produzido na época,

em vista das culturas de várzea); enquanto isso, a Rua Dona Cândida era ocupada por casas mais precárias, sobretudo dos trabalhadores das lavouras, lavadeiras e até mesmo empregadas domésticas que trabalhavam nas casas do Centro da cidade.

A cidade, portanto, compreendia esses dois núcleos de ocupação: o primeiro e mais tradicional considerado hoje o Centro da cidade, e a Chapada, o aglomerado ao Norte, conectados principalmente pela Rua Capitão Neves. O entorno destas aglomerações era ocupado pelos vastos pastos e plantações das fazendas, com destaque à propriedade do senhor José Diniz cuja sede era bem próxima da cidade. É o que Oliveira (2011, p. 39) diz: “o urbano e o rural se fundiram em Boa Esperança”. Definidos como pólos de crescimento por Panerai (2006), estes núcleos se caracterizam por regiões de origem de crescimento e segundo ele (p. 62), estão marcados “no tecido como um lugar singular, um local de concentração que indica acumulação histórica, o valor comercial, a carga simbólica. O traçado das vias, sua convergência, o fracionamento da malha, a concentração de monumentos fornecem indícios”.

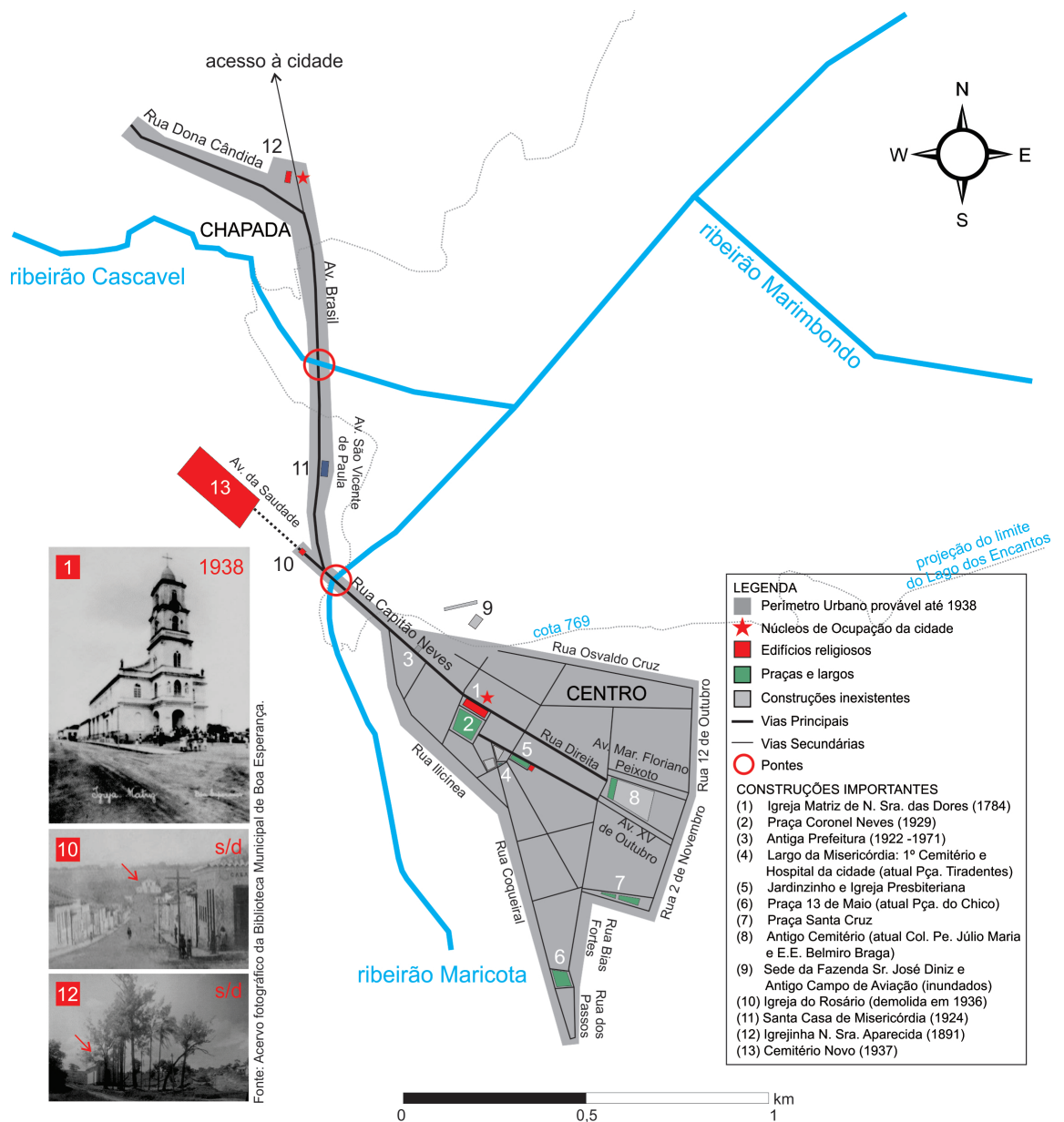


Imagem 03: Os núcleos urbanos de Boa Esperança e o provável perímetro urbano em 1938.

Fonte: Elaborada pelo autor.

O perímetro urbano é delimitado por uma linha que dista 100 metros do eixo das ruas: Praça da Estrela, Rua dos Passos, Rua Bias Fortes, Praça Santa Cruz, Rua 2 de Novembro, Praça Rui Barbosa, Rua 12 de Outubro, Rua Osvaldo Cruz, Praça Municipal, [Rua] Capitão Neves, Rua Itaci, Praça da Independência, Praça Rio Branco, Avenida Brasil até Praça 13 de Maio, Praça da Estrela. [Publicação do Decreto Lei Municipal Nº 12 de 20 de maio de 1938 no Jornal *A Ordem* de 12/06/1938] (*apud* OLIVEIRA, 2011, p. 40).

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Mineiros (1958, p. 196), a partir do século XIX, as pessoas que chegavam à cidade, se estabeleciam definitivamente, uma vez que a maioria dos habitantes era descendente dos troncos primitivos. *“De quando em vez a lavoura de café, a criação do gado, os diversos ramos da indústria e atividades técnicas trazem novas famílias ao município, as quais vão aumentando o índice demográfico”*. Até os anos 50, segundo Oliveira (2011), a cidade terminava no Grupo Belmiro Braga que antes era terreno do Antigo Cemitério, marcando os limites extremos da cidade; em 1951, os bairros Vila Moscardini, Nova Era e Vila Neusa no sentido do Centro, e a Vila Maringá (próxima à Chapada) são inaugurados. A construção da Avenida João Júlio de Faria, Rua Jarbas Pimenta e Avenida XV de Outubro ganha destaque, pois passam a ligar o Centro da cidade a alguns destes novos bairros. Contudo, a cidade não possuía grandes padrões de crescimento, se desenvolveu aos poucos a partir de uma dinâmica que, anos mais tarde, com a vinda do Lago de Furnas, foi completamente modificada.

Com parte da cidade inundada e com a água agora como um limite à ocupação, a população passa a lidar com um novo cenário urbano. Os limites são bordas características de um setor e que marcam visualmente seu término. Eles podem se configurar como um corte no tecido, por uma mudança nas tipologias do espaço, por rupturas do relevo, etc. *“Muitas vezes os limites se confundem com as barreiras ao crescimento (antigas ou atuais), o que faz sentido, uma vez que elas são elementos importantes na formação do tecido”* (LYNCH *apud* PANERAI, 2006, p. 33).

De acordo com os registros, Boa Esperança tem a sua área urbana inundada a partir de 1965, após o fechamento da barragem da hidrelétrica em 1963. As desapropriações das terras e das casas começaram a ser feitas em 1958, causando grande impacto aos moradores. Das terras indenizadas, muitas delas eram produtivas, trazendo prejuízo aos proprietários e, como os preços pagos foram considerados irrisórios, eles ficaram impossibilitados de adquirir novas propriedades. Toda a economia do município viu-se afetada, o que impulsionou na época grande êxodo rural destas famílias. Se observarmos o intervalo entre Censos de 1950 e 1970, há uma inversão no número de habitantes que vivia na zona rural e que, na mesma época da formação do Lago, passa a residir na zona urbana (Gráfico 01). A cidade passa a receber grande número de pessoas da zona rural, aumentando sua população e, demandando maior infraestrutura urbana e investimentos que pudessem sanar os danos gerados ao município (MAIA, 2016).

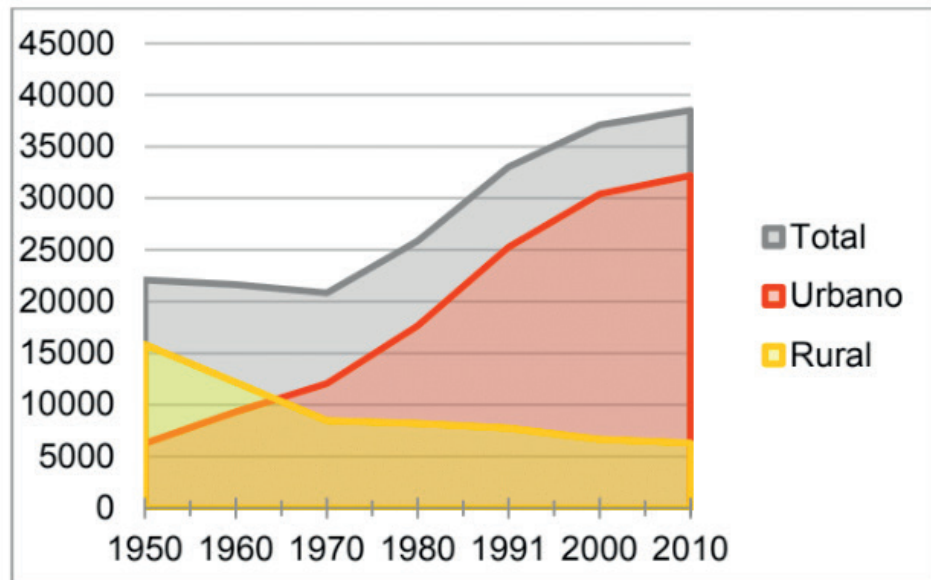


Gráfico 01: Evolução da população urbana, rural e total de Boa Esperança (MG) (1950 – 2010).

Fonte: IBGE – Modificado pelo autor.

Nota: Os valores da população urbana e rural não foram informados pelo Censo de 1960, somente o da população total. Portanto, eles foram determinados por média aritmética dos Censos de 1950 e 1970 para a elaboração do gráfico.

3.3 A Cidade do Presente

“Sob as águas que formam o lago existiam antes das inundações pastos, várzeas e ruas que tiveram suas casas desapropriadas e foram demolidas” (MAIA, 2016, p. 3). Os dados foram coletados na Secretaria de Obras da atual administração da Prefeitura Municipal de Boa Esperança (MG). Os números não são precisos em vista de que, em 1971, a antiga Prefeitura foi incendiada e boa parte dos registros foi queimada. Portanto, o que prevalece aqui é o registro oral. Estes relatos contam aproximadamente 320 residências demolidas, sendo estas, localizadas boa parte na Rua Capitão Neves e a maior parte delas, na antiga região da Chapada – isso trouxe, ao longo do tempo o ‘esquecimento’ por parte da população deste importante núcleo de ocupação da cidade. A cota de referência para a inundação foi a 769, tudo que estava abaixo disso, tornou-se Lago. Não só o lago trouxe alterações na morfologia da cidade, mas também as obras que tiveram de ser executadas. Aterros, abertura de novas vias e até mesmo a modificação de algumas das já existentes trouxeram para Boa Esperança um processo de reurbanização, no sentido de adaptar a estrutura da cidade ao novo elemento que passa a compor o seu espaço urbano.

A principal distinção entre as áreas crescidas e as primeiras áreas de ocupação da cidade está nas características do tecido urbano. Segundo Panerai (2006), o tecido urbano é formado por três componentes: a rede de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações. “A análise do tecido urbano é feita pela identificação de cada um desses conjuntos e pelo estudo de sua lógica e de suas relações [...]” (p. 78).

A área central da cidade (núcleo inicial existente) é marcada por uma malha

urbana de formas irregulares, sem configurar um padrão, o que reflete no tamanho e formato das quadras. Enquanto isso, os bairros mais novos possuem um traçado contrastante ao apresentado: a malha urbana passa a se comportar de forma mais ortogonal, com um traçado mais geométrico e regular. As vias são perpendiculares nos seus cruzamentos, paralelas entre si e formam quadras com formas e extensões semelhantes. Entram também neste grupo as vias que margeiam o Lago, cujo traçado é marcado pela sinuosidade e pela importância na conexão do reservatório com o tecido urbano da cidade.

Para explicar a ocupação de Boa Esperança ao longo destes anos, podemos dividir a cidade em três macro-porções: (1) o Centro e seus bairros confrontantes; (2) a porção Norte: formada pela área da antiga Chapada e os bairros Maringá, Alvorada e Jardim Nova Esperança, que se conectam pelo aterro da Avenida Brasil; e (3) a porção Sudeste: compreendida por bairros que, na sua grande maioria, tiveram uma ocupação mais tardia às outras duas porções. Especialmente, o Lago dos Encantos separa as porções (1) e (3) da porção (2), sendo estas, conectadas pelas regiões aterradas da Rua Capitão Neves e a ponte existente, além do outro aterro que liga a Praça do Fórum ao bairro Alvorada (construção mais tardia). A Ponte do Jarbas (a Leste) se localiza no estreitamento das duas porções do Lago, permitindo a comunicação entre as margens.

A partir da definição destas regiões urbanas, buscou-se analisá-las dentro do tecido urbano, identificando suas características e a maneira pela qual elas se relacionam. Isso foi consubstancial para entendermos como se deu a evolução urbana da cidade. Seja pela oferta de infraestrutura ou pelos serviços que as porções (1) e (3) ofereceram, seus bairros cresceram muito mais do que os da porção (2). Isso revela uma diferença no padrão de crescimento de Boa Esperança se compararmos à tendência de outras cidades, uma vez que se espera é que núcleos urbanos iniciais se 'inchem' e a partir deles, a cidade tome forma. Seja de uma forma homogênea ou heterogênea, centralizada ou descentralizada, núcleos iniciais de ocupação têm papel relevante dentro do contexto urbano de uma cidade. E o que foi observado nestes estudos, foi a falta de protagonismo que a região da Chapada possui atualmente.

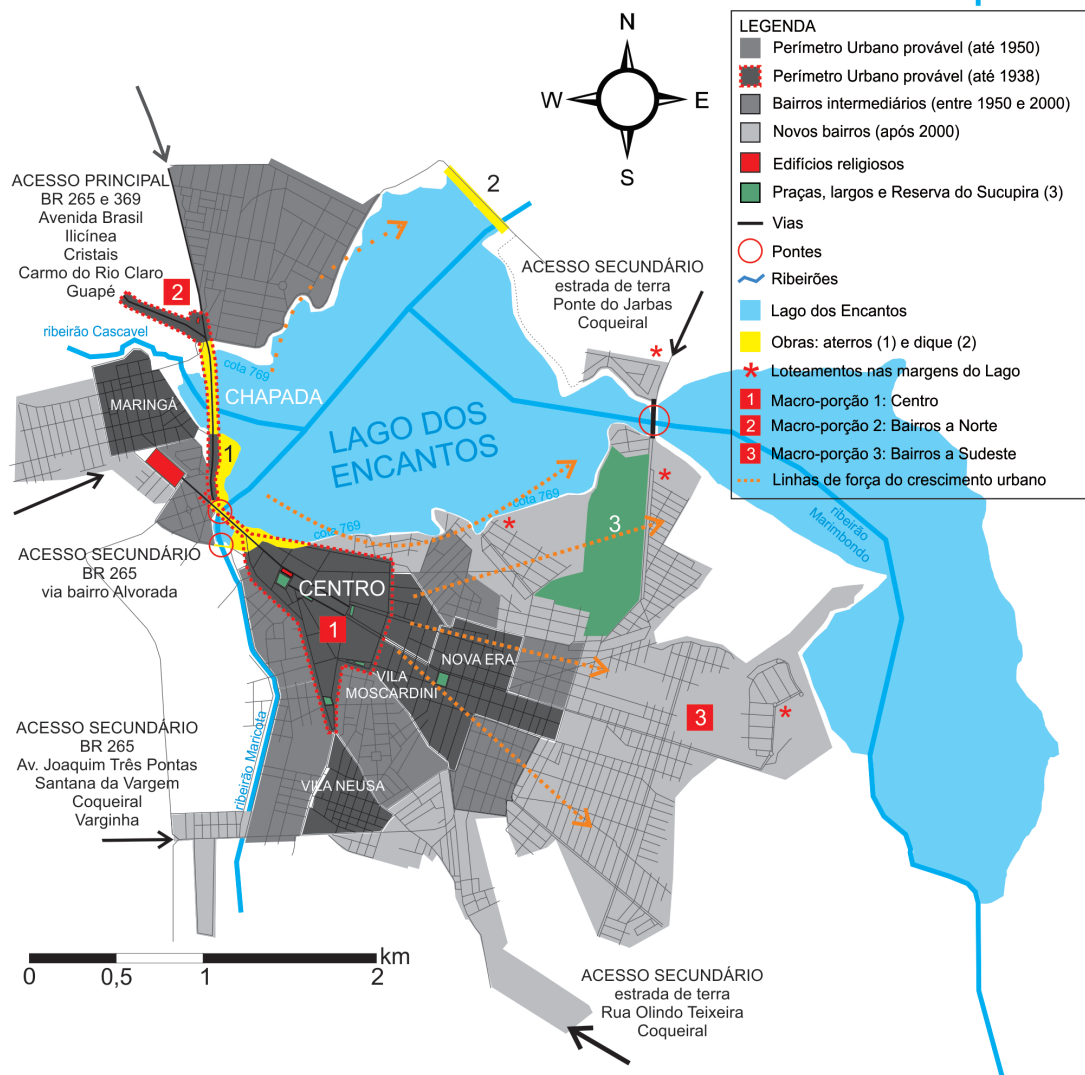
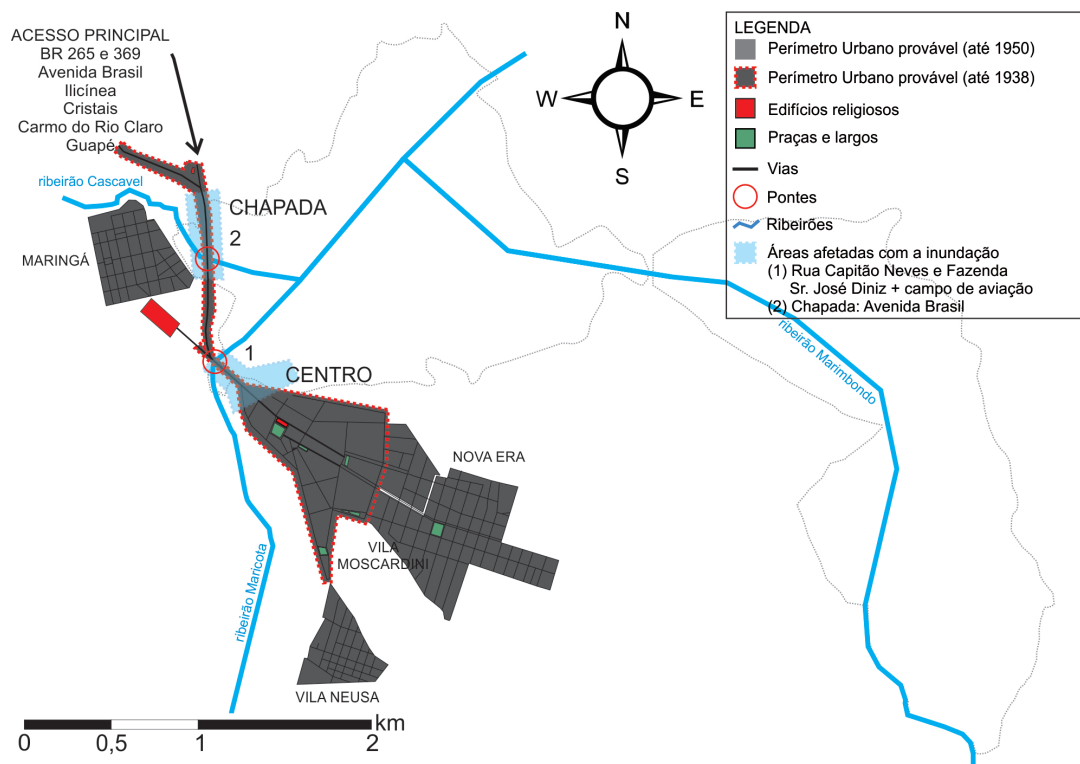


Imagem 04: A evolução urbana de Boa Esperança (MG): antes e depois do Lago dos Encantos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Panerai (2006), um limite de crescimento funciona como obstáculo até um dado período, após este, pode se transformar em pólo, atraindo o crescimento e tornando-se assim, um ponto de partida de crescimento oposto. É o que podemos observar na evolução urbana de Boa Esperança (MG).

A morfologia urbana inicial e a atual da cidade se distinguem, além da expansão territorial, também por outra lógica de ocupação. Esta lógica, dentre outros fatores, colocou o Lago como importante peça na concepção deste novo espaço urbano: o reservatório e suas imediações se constroem rapidamente como elemento de desejo e passa, a partir de então, a influenciar diretamente no desenvolvimento e nos vetores de crescimento da cidade. Estes vetores, denominados linhas de crescimento por Panerai (2006, p. 61), são elementos que *“ordenam o tecido urbano nas laterais, regula os crescimentos e promove uma estrutura”*. Como reflexo dessa dinâmica, tem-se um espaço urbano cada vez mais atrelado à presença do reservatório, configurando-o como agente convergente de ocupação e também como moeda de investimento, uma vez que quanto mais próximo do Lago é o terreno, maior o seu valor de mercado.

Se observarmos o mapa comparativo dos dois momentos urbanos de Boa Esperança, podemos afirmar que a presença do Lago foi fator influenciador na morfologia urbana atual. As porções (1) e (3) cresceram completamente em sentido ao reservatório, principalmente nos sentidos Sul e Leste, como se ‘abraçasse’ suas margens; enquanto a porção (2), pouco cresceu (se considerarmos que os bairros existentes já existiam antes da formação do Lago). Aonde foi possível urbanizar as margens e manter o contato com o reservatório, a cidade tendeu seu crescimento. Mais uma vez se vê a influência de mananciais d’água no desenvolvimento de aglomerados humanos: o desejo pelo contato para com ambientes naturais e principalmente aqueles que têm a água como componente, denota a força dos seus simbolismos e ainda, o bem-estar que a relação traduz – sensação valorizada pelo homem contemporâneo (MELLO, 2008).

Por fim, é importante frisar que o artigo buscou recuperar a história de Boa Esperança (MG), sobretudo aquela que as águas de Furnas inundaram anos atrás. A documentação destas informações é uma forma de preservar a memória do povo dorense e ainda, permitir que ela fique registrada e disponível. A pouca difusão destes fatos e a escassez de fontes de consulta (dificuldade enfrentada no desenvolvimento deste trabalho) impulsionaram a realização dos estudos aqui apresentados, que visaram acima de tudo, o reconhecimento da importância que o Lago dos Encantos tem para a cidade e ainda, a sua relevância no rico processo histórico que o município possui e que infelizmente, boa parte da população desconhece.

REFERÊNCIAS

FURNAS, Centrais Elétricas S.A. **Edição Especial - 50 anos de Furnas. Revista Furnas**, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 337, editor e coordenador de conteúdo Eduardo Franklin Correia, fev. 2007. 17 p. Disponível em: <http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/rf337_57-67.pdf> Acesso em 28 abr. 2017.

LEMONS JÚNIOR, Clésio Barbosa. **A implantação da Usina hidrelétrica de Furnas (MG) e suas repercussões**: estudo sobre a territorialização de políticas públicas. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000778319>>. Acesso em 27 abr. 2017.

MAIA, Rander. **História do Lago de Boa Esperança**. 2016. 4 p.

MAIA, Newton F. **Esboço Histórico de Boa Esperança**. 1942.

MELLO, Sandra Soares de. **Na beira do rio tem uma cidade**: urbanidade e valorização de corpos d'água. 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2008. 348p. p. 100-145; 300-313. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1608>> Acesso em 26 abr. 2017.

MUNIZ, Elaine Cristina. **Requalificação das margens do Lago de Furnas na cidade de Fama - MG**. 2007. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia, Juiz de Fora, 2007. 81 p.

OLIVEIRA, Marlene. **Pelas ruas de Boa Esperança**: o centro. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2011.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana / Philippe Panerai**: tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p. – (Coleção arquitetura e urbanismo)

PORATH, Soraia Leochelt. **A Paisagem de Rios Urbanos**. A presença do Rio Itajaí-Açú na cidade de Blumenau. 2004. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. 150p. p. 23-33. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88115>> Acesso em 26 abr. 2017.

RIBEIRO JUNIOR, Leopoldo Uberto. **Contribuições metodológicas visando a outorga do uso de recursos hídricos para geração hidrelétrica**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Engenharia de Energia, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2004. 153p. p. 1-75. Disponível em: <<http://cerpch.unifei.edu.br/dissertacoes/contribuicoes-metodologicas-visando-a-outorga-do-uso-de-recursos-hidricos-para-geracao-hidreletrica/>> Acesso em 28 abr. 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

